



Índice

- 01** Manifesto Público das Comunidades Guarani sobre a situação da Terra Indígena do Jaraguá (SP)
- 02** Índios acampam em fazenda às margens da BR-463
- 03** MPF/AM defende demarcação de terras indígenas do povo Mura
- 04** RJ – Dilma autoriza desapropriação da Ocupação Quilombo das Guerreiras
- 05** O embate pela demarcação de terras
- 06** Advogados da União confirmam demarcação da reserva indígena Toldo Pinhal em Santa Catarina
- 07** Funai participa de audiência em MG sobre a efetivação da política de assistência social para os povos indígenas no Estado
- 08** Altamira: um retrato do caos
- 09** Indígenas, quilombolas, meio ambiente e o desmonte da Constituição Brasileira





Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2013

Brasília, 16 de setembro de 2013.

Manifesto Público das Comunidades Guarani sobre a situação da Terra Indígena do Jaraguá (SP)

SÍTIO BLOG DE TÂNIA PACHECO, 16.09.2013

A Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) e as aldeias guarani de São Paulo divulgam manifesto a respeito do ato que realizamos no entorno da Terra Indígena Jaraguá, em São Paulo, na última sexta-feira, dia 13 de setembro. Veja a íntegra do texto abaixo:

MANIFESTO PÚBLICO DAS COMUNIDADES GUARANI SOBRE A SITUAÇÃO DA TERRA INDÍGENA DO JARAGUÁ

Nós lideranças e moradores das aldeias da Terra Indígena Jaraguá (Tekoa Pyau e Tekoa Ytu) e da Terra Indígena Tenondé Porã (Barragem e Krukutu), e representantes da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) estivemos hoje, sexta-feira, em manifestação pública chamada pelos parentes do Jaraguá que ocorreu na frente da aldeia, na Estrada Turística do Jaraguá.

Nossa manifestação é um apelo para mostrar a todos os nossos problemas, e com ela denunciamos o descaso do poder público que permitiu a contaminação do Ribeirão das Lavras, que banha nossa aldeia, e que era limpo. Uma de suas nascentes está fora da Terra Indígena e do Parque Estadual do Jaraguá, e ela foi cortada pela rodovia dos Bandeirantes, que impactou enormemente nossa terra na década de 1970, o que nunca foi reparado a nós. Nessa nascente até hoje é jogado esgoto do bairro que existe próximo a ela, e esse esgoto vai parar no rio no qual nossas crianças tomam banho.

Há anos a SABESP promete despoluir esse córrego mas nada sai do papel. A outra nascente que cai no Ribeirão das Lavras vem da área do Parque Estadual do Jaraguá (PEJ) que é sobreposto a nossa Terra, reconhecida pela FUNAI. Agora, o Governo do Estado quer privatizar o Parque e colocar o pouco de mata que nos resta a serviço do interesse privado. Somos contra isso!

Existe a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que determina a criação de um Grupo de Trabalho Interinstitucional para casos de sobreposição de Parques e Terras Indígenas, como é o nosso caso, e também dos parentes da TI Tenondé Porã, com o Parque Estadual da Serra do Mar. A lei determina que tudo que afeta os índios deve ser discutido nesse grupo com a comunidade, e nunca nos consultaram sobre a privatização do Parque! Isso é um ato ilegal do Estado.

Por isso, exigimos da FUNAI e do Ministério Público Federal a criação imediata dos dois grupos de trabalho interinstitucionais (GTI) para que a sobreposição das nossas Terras Indígenas com os Parques do Jaraguá e da Serra do Mar seja tratada com o devido respeito. Nós somos o povo da Mata Atlântica e não podemos ser tratados como invasores!

No Jaraguá exigimos que a SABESP seja chamada nesse GTI e apresente solução imediata para a despoluição do córrego. No GTI também queremos discutir a gestão do PEJ conjuntamente



Boletim de Notícias - Edição nº 168 / 2013

Brasília, 16 de setembro de 2013.

com a Fundação Florestal pois ele está em nossas terras tradicionais reconhecidas pela FUNAI e não queremos sua privatização!

Pedimos a todos os brancos que se sensibilizam com nossa situação de calamidade, se juntem a nós na próxima manifestação que ocorrerá no dia 2 de outubro, no Vão Livre do MASP, com a presença de cerca 500 índios das nossas comunidades!

Aguyjevete!

São Paulo, Terra Indígena Jaraguá, 13 de setembro de 2013, sexta -feira.

Assinam:

Marcos dos Santos Tupã
Coordenador da Comissão Guarani Yvyrupa (CGY)

Victor Fernandes
Cacique da Tekoa Pyau

Ari Martim da Silva
Cacique da Tekoa Ytu



Índios acampam em fazenda às margens da BR-463

SITE DOURADOS AGORA, 16.09.2013

Grupo de indígenas Guarani Kaiowá do acampamento Apyka'i, às margens da rodovia BR-463, em Dourados, próximo ao trevo de Laguna Carapã, adentraram a fazenda Serrana e montaram acampamento.

Os índios estão acampados às margens da rodovia há quase 15 anos e aguardam uma decisão da justiça sobre a demarcação de terras. Estudos apontam que a região onde está a fazenda pertenceu aos antepassados dos Guarani Kaiowá.

O acampamento montado na fazenda fica a uns 200 metros de distância da rodovia. Poucas famílias decidiram levar seus barracos para as terras da propriedade rural. A maioria permaneceu às margens da BR-463.

No mês passado, um incêndio que teria iniciado no canavial, nas imediações da fazenda, atingiu cerca de mil hectares da terra, se alastrou pelo acampamento e destruiu barracos dos indígenas. A causa do incêndio ainda não foi confirmada.

Os indígenas temem uma retaliação por parte dos fazendeiros. A maioria delas contam com serviço de segurança, prestado por empresas terceirizadas.



MPF/AM defende demarcação de terras indígenas do povo Mura

PR AMAZONAS, 13.09.2013

Em reunião realizada nesta sexta-feira, 13 de setembro, com lideranças indígenas, o procurador Julio Araujo destacou a atuação do órgão em favor da demarcação de terras indígenas no Estado

Lideranças indígenas do povo Mura, representantes de movimentos sociais e da Fundação Nacional do Índio (Funai) participaram de reunião no Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM), na manhã desta sexta-feira, 13 de setembro, para discutir sobre o processo de demarcação de terras indígenas localizadas no município de Autazes e região (a 108 quilômetros de Manaus).

Durante a conversa, o procurador da República Julio José Araujo Junior ressaltou a disposição do MPF em defender os direitos das populações indígenas e destacou a existência de uma recomendação expedida e três ações civis públicas ajuizadas somente este ano, todas referentes a demarcação de terras indígenas do povo Mura. Araujo também informou que planeja visitar algumas aldeias ainda este ano e realizar nova reunião com as lideranças do povo Mura neste mês para tratar dos processos de demarcação em andamento.

A representante da Comissão Pastoral da Terra na reunião, Marta Cunha, relatou que a disputa pelas terras habitadas pelos Mura no município de Autazes tem se acirrado nos últimos meses, inclusive com discursos preconceituosos em audiências públicas promovidas pelo Conselho Agrário Nacional sem a presença dos indígenas.

Ações judiciais – Os processos demarcatórios das Terras Indígenas Ponciano e Murutinga tiveram início em 2008, com a criação de um grupo técnico para identificação das terras. Em 2011, a Funai constituiu outro grupo técnico, para realizar estudos complementares. O grupo incumbido da identificação das terras concluiu os estudos em 2012 e, em agosto daquele ano, resumo do relatório do grupo foi publicado no Diário Oficial da União (DOU).

Após a publicação, a legislação prevê um prazo de 90 dias para manifestações acerca da identificação das áreas. Depois desse prazo, a Funai deveria ter encaminhado o processo ao Ministério da Justiça, para que emitisse portaria declaratória, que seria depois homologada pela Presidência da República. Passados mais de oito meses após a publicação do relatório, até a data do ajuizamento da ação, o processo ainda não havia sido enviado ao Ministério da Justiça.

Diante da demora na tramitação do processo de demarcação, o MPF/AM ingressou com duas ações civis públicas na Justiça Federal, em abril deste ano, pedindo que a Fundação Nacional do Índio (Funai) seja condenada a concluir os processos de demarcação das terras em, no máximo, dois anos. A Justiça Federal chegou a conceder liminar favorável ao pedido do MPF, mas a Funai recorreu ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) e conseguiu suspender a liminar.

CONT.



Na mesma época, o MPF/AM recomendou ao Município de Autazes a suspensão da cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) no interior da Terra Indígena Pantaleão, cujo processo demarcatório está sendo realizado pela Funai. Atualmente, o processo está em fase de análise do relatório de fundamentação antropológica. A terra, também ocupada tradicionalmente pelo povo Mura, está localizada dentro do perímetro urbano do município de Autazes, em área administrada pela Prefeitura Municipal, onde se encontram residências e obras públicas.

Pendente de homologação – Na terceira ação, ajuizada em julho deste ano, o MPF requer a publicação do decreto de homologação da demarcação da Terra Indígena Setemã, também pertencente ao povo Mura, em Borba. O relatório técnico circunstanciado contendo estudo antropológico de identificação e delimitação da Terra Indígena Setemã foi aprovado pela presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai) em maio de 2008.

O procedimento foi encaminhado ao Ministério da Justiça, que reconheceu, em portaria publicada em maio de 2009, a posse permanente do grupo indígena Mura sobre a terra indígena. A delimitação física da terra indígena foi iniciada em fevereiro de 2011 e, após concluída, o procedimento foi encaminhado à Presidência da República com proposta de expedição do decreto de homologação, onde aguarda até hoje pela publicação.

Todas as ações seguem em tramitação na Justiça Federal e aguardam sentença.



RJ – Dilma autoriza desapropriação da Ocupação Quilombo das Guerreiras
SÍTIO BLOG DA TÂNIA PACHECO, 13.09.2013

Dilma autoriza desapropriação de imóvel da Ocupação Quilombo das Guerreiras para construção das Trump Towers.

Na noite e madrugada desta quinta-feira (12/09/13) foram publicadas notícias na mídia convencional sobre a autorização dada pela presidente Dilma Rousseff para a Prefeitura do Rio de Janeiro desapropriar 14 imóveis da União na Zona Portuária.

Segundo o decreto presidencial, essas desapropriações servirão para a “implantação do projeto de revitalização e urbanização da zona portuária” (Art. 3º) e têm um prazo para serem feitas: dois anos e meio, prorrogáveis por mais dois anos e meio (ou seja: até cinco anos).

Tanto o jornal O Globo quanto o jornal O Dia citam literalmente a Ocupação Quilombo das Guerreiras como estando em um dos imóveis, localizado na Av. Francisco Bicalho 49. O que estes jornais não falam, no entanto, é que as famílias estão ali há sete anos, lutando para terem um direito constitucional de moradia garantido e construindo com suas próprias mãos aquilo que o Estado não foi capaz de lhes garantir. São crianças, idosos, mulheres e homens que vêm também buscando por alternativas, como o Projeto Quilombo da Gamboa. Mais uma vez, porém, o Estado tem usado a burocracia para travar e atrasar o início das obras das novas unidades de moradia. O projeto tem quatro anos de elaboração e nenhum tijolo à vista nos terrenos.

Para a equipe do jornal O Dia, Alberto Silva, presidente da Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto (CDURP), disse que as ocupações residenciais que existirem nos imóveis receberão um “tratamento diferenciado”. No entanto, a mesma reportagem afirma que serão os imóveis da Av. Francisco Bicalho aqueles a serem desapropriados primeiro para darem lugar ainda esse semestre à construção das “Trump Towers”, exatamente onde as famílias da Ocupação Quilombo das Guerreiras estão. Aparentemente este é o único local onde moram famílias dentre os imóveis a serem desapropriados. Atacar o direito constitucional à moradia dessas famílias é o “tratamento diferenciado” dado às famílias pela Prefeitura, através do CDURP.

Mas existiria outra solução. Se o próprio decreto afirma que as desapropriações devem ser realizadas em um prazo de dois anos e meio (prorrogáveis por mais dois anos e meio!), por que não dar prioridade à resolução do problema básico de moradia das famílias da Ocupação Quilombo das Guerreiras, desapropriando inicialmente os demais imóveis e avançando na construção das moradias definitivas? Desapropriar primeiro os terrenos da Av. Francisco Bicalho sob o argumento de que ali serão construídas as “Trump Towers” é nitidamente dar preferência à exploração comercial privada da área, em detrimento do direito constitucional à moradia das famílias. Elas parecem ser tratadas como a sujeira que precisa ser varrida para debaixo do tapete – ou de alguma ponte, de preferência longe do Centro da cidade.



O embate pela demarcação de terras

SÍTIO CARTA CAPITAL, 13.09.2013

Acusada de adesismo ao governo, a senadora Kátia Abreu (PSD-TO) lança um projeto de lei requeitado e ataca órgãos públicos que defendem minorias

E não é que continuamos a nos firmar no cenário internacional?

Não, não me refiro à vingança aos malfeitos da colonização portuguesa, feita na última terça-feira, em Boston, graças as diplomacia de Felipão, genialidade de Neymar, beleza de Gisele Bündchen e fama de Pelé.

Cravo no fato de estarmos, desde o ano 1500, ameaçando os nativos que bem receberam ledas caravelas que aqui aportaram em busca de segurança.

Agorinha mesmo, folhas e telas cotidianas fazem-nos ouvir bordoadas vindas de octógonos onde ruralistas e indigenistas se enfrentam, sejam lá suas ramificações e doses de bom senso.

Caiados agrários, pouco calados, querem mudar as regras das demarcações de terras indígenas e retirar a exclusividade da Funai (Fundação Nacional do Índio) em fazê-las.

Lutam pela aprovação da PEC 215, que dá ao Congresso a palavra final no assunto.

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pressionada, garantiu à bancada ruralista não realizar novas demarcações até a aprovação da PEC. Os políticos acusam a Funai de não cumprir o prometido.

Até aí, temos um embate chinfrim, eivado de interesses financeiros vários, que se arrasta há décadas, em meio a besteiras e falctruas cometidas em cartórios e agora transformadas em sérios conflitos com a valorização das atividades agropecuárias.

Segundo a Funai, 97% das demarcações foram realizadas, nas décadas 1980 e 1990, em áreas despovoadas da Amazônia Legal. Lá estão 98,5% das terras indígenas, onde as querelas muitas vezes são resolvidas na bala.

A situação dos cerca de 800 mil indígenas de outras regiões do País, que vivem em terras não demarcadas, resta ser resolvida na Lei.

Vê-se, pois, que a insegurança jurídica é soco-ínglês ou tacape que bate lá como cá.

Nessa prorrogação de tantos tempos já disputados e que promete se eternizar, quem volta à cena é Kátia Abreu, a presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

CONT.



Em sua coluna semanal, na Folha de São Paulo, no Dia da Independência, a senadora (PSD-TO) faz críticas contundentes à Funai e assemelhados: CIMI (Conselho Indigenista Missionário); CPT (Comissão Pastoral da Terra); Funasa (Fundação Nacional de Saúde). Talvez, as conhecidas falhas de gestão nesses órgãos façam o tiro da senadora não passar muito longe do alvo.

Quilômetros, porém, separam o projeto de lei por ela apresentado, um arremedo da própria PEC 215, que proíbe “processos demarcatórios de terras indígenas envolvendo propriedades invadidas”.

Afinal, o que se discute não é justamente quem primeiro invadiu?

Kátia Abreu na parada é emblema dos trâmites políticos que ocorrem nesta Federação de Corporações Brasil.

Companheiros e comandados vêm contestando a senadora por suposto adesismo ao governo Dilma Rousseff. Dizem-na ter perdido a velha e boa veemência com que liderava a nação ruralista.

Como resposta, o que melhor do que um projeto de lei requeitado e um artigo violento, estigmatizando órgãos do governo que defendem minorias étnicas e levantando suspeitas sobre organizações não governamentais?

Escreve a sempre bem assessorada senadora em seus textos:

“O que se esconde por trás de tudo isso é algo simples: guerra comercial. Os financiadores são de países que competem com a agricultura brasileira e que cobiçam nossas riquezas minerais e vegetais. (...) Consideram, assim, mais fácil se apossar de nossas riquezas, dando às lideranças indígenas não os espelinhos com que os conquistadores portugueses os encantavam, mas jatinhos, laptops e automóveis, fazendo da miséria dos demais estandarte de um lobby ultrajante, que denigre a imagem externa do Brasil”.

Acha mesmo, senadora, que essa é a arma usada por eles na guerra comercial competitiva? O que dizer, então, de barreiras alfandegárias e subsídios? E das burras aqui preenchidas com a venda de sementes, fertilizantes químicos e agrotóxicos? Sacou a brutal concentração que existe entre as tradings de commodities agrícolas?

Os índios? Ora, tente um filme de John Wayne. Considero Rastros de Ódio (John Ford, 1956) o melhor.



Advogados da União confirmam demarcação da reserva indígena Toldo Pinhal em Santa Catarina

SÍTIO BLOG DE TÂNIA PACHECO, 13.09.2013

A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou, na Justiça, a legalidade da delimitação da reserva indígena Toldo Pinhal, situada nos municípios de Arvoredo, Paial e Seara, na região oeste de Santa Catarina. Os advogados da União impediram a anulação da Portaria nº 795, editada pelo Ministro da Justiça em 1º de abril de 2007, que estabeleceu os limites da área onde vive a etnia Kaingang.

O pedido de anulação da portaria foi ajuizado por um grupo de 96 agricultores, junto com os municípios de Arvoredo e Seara e o Estado de Santa Catarina como assistente. Os autores também pediam o pagamento de indenização pelo valor da terra nua e das benfeitorias situadas em suas propriedades. Alegaram que não havia o direito de demarcação, pois a área foi colonizada na década de 30 e que não existiam indígenas na região.

Atuando no caso, a Procuradoria da União em Santa Catarina (PU/SC) contestou que o procedimento administrativo de demarcação e ampliação da terra indígena Toldo Pinhal desenvolveu-se regularmente e que a ampliação dos limites da reserva é medida necessária à sobrevivência física e cultural dos índios.

Os advogados da AGU justificaram que a própria designação da localidade `Toldo Pinhal` indica a existência da presença indígena e que tal população foi expulsa da região por imposição das companhias colonizadoras. Segundo eles, o direito à posse é originário e não decorre de nenhum outro fato que não seja a própria história dos índios no Brasil.

Na ação, a PU/SC ainda argumentou que a Constituição de 1988 inaugurou uma nova ordem constitucional democrática de respeito ao multiculturalismo. Para a unidade, os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam (art. 231), e a inalienabilidade, indisponibilidade e imprescritibilidade de tais direitos foi reconhecida aos índios, não sendo possível outras pessoas alegarem eventual direito sobre a área.

A 1ª Vara da Justiça Federal em Chapecó concordou com os argumentos da AGU, entendeu que a demarcação atende aos requisitos estabelecidos pela Constituição de 1988 e negou o pedido de anulação. "Preenchidos todos os requisitos constitucionais, as terras em discussão enquadram-se como de ocupação tradicional indígena e como tais devem ser demarcadas e protegidas".

O juízo estabeleceu, ainda, que as decisões do Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que permitem a permanência dos atuais ocupantes nas terras, permaneçam em vigor até que o Tribunal se pronuncie sobre eventuais recursos contra a sentença. Ainda de acordo com a sentença, os atuais ocupantes terão direito somente à indenização pelas benfeitorias sobre as terras, por se tratar de expressa previsão constitucional.

A PU/SC é uma unidade da Procuradoria-Geral da União, órgão da AGU.



Funai participa de audiência em MG sobre a efetivação da política de assistência social para os povos indígenas no Estado

SÍTIO FUNAI, 13.09.2013

Uma audiência pública foi realizada na última sexta-feira, 13, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, para debater o ingresso de indígenas no Programa Bolsa Família e a política de assistência social voltada a estes povos residentes no estado. Estiveram presentes, além de parlamentares, lideranças indígenas e representantes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS).

Na avaliação do presidente da Comissão de Participação Popular, deputado André Quintão (PT), as políticas universais, como o Programa Bolsa Família, conseguiram retirar da pobreza 40 milhões de brasileiros, mas não foram capazes de dar o mesmo salto de qualidade com comunidades específicas, como os povos indígenas.

Segundo a coordenadora geral de Promoção dos Direitos Sociais da Funai, Patrícia Chagas, o Bolsa Família precisa de algumas adequações para atender às necessidades dos povos indígenas. Para ela, as mudanças devem considerar o respeito à organização social dessas comunidades e o custo de deslocamento até as cidades para o recebimento do benefício.

A diretora do departamento de Proteção Social Básica do MDS, Léa Braga, concordou com a necessidade de promover um maior diálogo entre uma política estruturada nacionalmente e as características específicas de determinadas comunidades. Já o coordenador do Conselho dos Povos Indígenas de Minas Gerais, cacique Mezaque Silva de Jesus, falou da dificuldade para atendimento aos índios na região. "Muitas vezes procuramos o município, o estado e o governo federal, e ninguém assume responsabilidades", disse.

Com informações do Assembleia Informa



Altamira: um retrato do caos

SÍTIO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 13.09.2013

Na corrida de 15 minutos, o taxista fala que o trabalho esta rendendo. Com o dinheiro extra do movimento nos últimos meses, ele já está quase tirando a carta de motorista. Não há blitz em Altamira. Sem fiscalização, o motorista tem o privilégio de driblar o problema de não ter licença para dirigir enquanto a rotina do trabalho acontece. Tirar a licença antes de começar a trabalhar iria atrasar a vida do taxista. Cada dia sem dirigir é dinheiro perdido

Fora do táxi, a lógica permanece a mesma na cidade afetada pela construção da terceira maior hidrelétrica do mundo. Os problemas devem se resolver durante, ou depois da obra. Caso contrário podem atravancar o “desenvolvimento”.

Pouquíssimas obras previstas para amenizar os impactos da construção de Belo Monte, chamadas de condicionantes de mitigação, foram plenamente executadas. Mesmo assim, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama), órgão que fiscaliza o projeto, concedeu, em 2011, a licença para sua instalação. Passados 21 meses, a prefeitura da cidade diz que ao menos 40 mil novos moradores chegaram à cidade, a barragem tomou forma, os taxistas ganharam um aumento de passageiros de quase 30% .

Nos relatórios de fiscalização, os atrasos, recomendações e descrições da situação caótica da execução das condicionantes socioambientais estão registrados pelo Ibama. O ISA analisou as centenas de páginas do último relatório, publicado em janeiro, e fez as contas: apenas 19% do compromisso foi cumprido. A obra seguiu sem multas ou suspensão da licença de instalação. A empresa responsável passou pela “blitz”.

Em março, atingidos pelo empreendimento organizaram vários protestos. A maioria quer saber para onde será relocada depois de ser obrigada a sair de casa para a formação do reservatório que irá atingir a cidade nos próximos meses. A última enchente na cidade deixou 120 famílias desabrigadas. Mais de 50 pessoas passaram dias no ginásio municipal. Moradores das áreas rurais foram despejados há um ano e ainda não receberam a devida indenização. Nas ruas de Altamira, uma faixa anuncia que outro megaempreendimento pode se instalar no quintal de Belo Monte: uma das maiores minas de ouro a céu aberto do País.



Indígenas, quilombolas, meio ambiente e o desmonte da Constituição Brasileira, artigo de Roberto Malvezzi (Gogó)*

SÍTIO BLOG DE TÂNIA PACHECO, 13.09.2013

EcoDebate - Uma das constatações da 5ª Semana Social Brasileira, com assombro, é o desmonte da Constituição Brasileira de 1988, particularmente em tudo que se refere aos direitos das comunidades indígenas, quilombolas e ao meio ambiente. Estamos voltando a um Estado absolutista – autocrático e ditatorial – conforme denúncia feita recentemente pelo Conselho Missionário Indigenista-CIMI.

Uma série de PECs (Projetos de Emendas Constitucionais) se encarrega de fazer a tarefa suja proporcionada pelo Congresso Brasileiro, o que dá uma aparência de decisão democrática. A principal delas é a chamada PEC 215, que retira direitos das populações indígenas sobre seus territórios. Os ruralistas, minoria absoluta na sociedade, fizeram do Congresso seu espaço corporativo, não o local das decisões que interessam ao país. Por isso, outro destaque da 5ª Semana Social foi a reforma política, além da defesa intransigente dos territórios das comunidades tradicionais.

Não há como eximir o governo atual de corresponsabilidade profunda nessas decisões. Palavras ditas a esmo por ministros e ministras sobre essas questões nunca são contestadas pela presidenta de República, o que acaba por sinalizar como concordância e até encomenda. Depois lava-se as mãos como qualquer Pilatos.

O Congresso Brasileiro já golpeou as ruas. É como se nada tivesse acontecido nos meses recentes, é como se a população brasileira não tivesse demonstrado toda sua indignação e revolta com o andamento da res-pública. Aqueles que lutaram tanto para termos novamente um Congresso eleito, eleições diretas, uma nova Constituição, não podem olhar para o que está acontecendo sem ter ânsia de vômito. É espantoso e assustador o divórcio entre a classe política e os interesses da população. É preciso deixar claro, o problema não está no povo.

Portanto, não nos espantemos se a população voltar massivamente às ruas no momento adequado, onde até parcela das esquerdas – além da direita – se mostrem novamente perplexas e surpresas. Se um dia o povo entrar no Congresso e, ainda que por um dia, numa verdadeira conquista da Bastilha, depor os políticos, não pensem que é vontade de voltar à ditadura. Muito ao contrário, é vontade de fazer valer os interesses do povo numa verdadeira democracia.

*Articulista do Portal EcoDebate, possui formação em Filosofia, Teologia e Estudos Sociais. Atua na Equipe CPP/CPT do São Francisco.

Seduc reforçará atendimento educacional em aldeias indígenas de Nhamundá
SÍTIO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DO AMAZONAS, 11.09.2013



Nesta quarta-feira (11) o secretário de Estado de Educação, Rossieli Soares da Silva, reuniu-se com uma comissão de indígenas da etnia Hixkaryana e anunciou a ampliação das ações educacionais por parte do Governo do Estado em atendimento à população indígena que vive na área rural do município de Nhamundá (distante 375 Km de Manaus).

Em reunião com a comissão e ao receber o pleito dos representantes indígenas, o secretário anunciou as providências do Estado para as localidades onde residem. "Dentre as providências, encaminharemos nos próximos dias uma equipe de engenheiros para fazer o levantamento de necessidades para iniciarmos a reforma da escola estadual que atende à comunidade de Caçauá", informou Rossieli Silva.

O secretário também anunciou que, em atendimento à demanda apresentada o Governo do Estado, via Seduc, trabalhará para levar o programa Ensino Mediado por Tecnologias/Centro de Mídias para as aldeias indígenas de Nhamundá. "A partir da solicitação, pretendemos levar o ensino mediado para as comunidades Gavião e Riozinho onde deveremos no próximo ano ofertar para a população que ali reside, as modalidades de ensino fundamental (do 6º ao 9º) e demais segmentos como por exemplo a Educação de Jovens e Adultos (EJA)", anunciou Rossieli Silva.

Secretário Rossieli Silva recebeu representantes indígenas e anunciou ações do Governo do Estado para etnias que residem em aldeias na região de Nhamundá.

Secretário Rossieli Silva recebeu representantes indígenas e anunciou ações do Governo do Estado para etnias que residem em aldeias na região de Nhamundá.

CONT.



Para a viabilização desta última providência, o secretário da Seduc ressaltou que se reunirá com o prefeito do município de Nhamundá para planejar a execução deste projeto em regime de parceria.

Durante a reunião o secretário Rossieli Silva se prontificou a visitar no final do mês de setembro as aldeias de Nhamundá para reunir-se com a população indígena e fazer o levantamento completo das demandas.

Para um dos representantes indígenas na reunião, Nilton Makuxi, a resposta da Seduc às demandas apresentadas foram bem recebidas. "As providências anunciadas pelo governo do Estado, por meio do secretário de Educação atendem as nossas necessidades. O interesse em visitar as aldeias mostrou o grande interesse do Estado com a causa educacional indígena", apontou.

Juntamente com o secretário da Seduc, Rossieli Silva, participaram da reunião com a comitiva de indígenas da etnia hixkaryana a secretária Adjunta do Interior, Oceania Rodrigues Dutra e a gerente de Educação Indígena do órgão, Alva Rosa Lana.